

Assinatura e impressões digitais: pela autoria no Jornalismo¹

Rogério Christofolletti²

*“Como eu escreveria bem se não existisse!
Se entre a folha branca e a efervescência das palavras
e das histórias que tomam forma e se desvanecem sem que
ninguém as escreva não se interpusesse o incômodo tabique
que é minha pessoa! O estilo, o gosto, a filosofia, a subjetividade,
a formação cultural, a experiência de vida, a psicologia, o talento,
os truques do ofício: todos os elementos que tornam reconhecível
como meu aquilo que escrevo me parecem uma jaula
que limita minhas possibilidades. Se eu fosse apenas uma mão decepada
que empunha a pena e escreve... Mas o que moveria essa mão?”
Ítalo Calvino – Se um viajante numa noite de inverno*

A evidência mais clara da subjetividade no Jornalismo é a assinatura do profissional sobre o fruto do seu trabalho. Reportagens, artigos, imagens, ilustrações, locuções e fotografias são unidades da atividade jornalística. E, para além de dar os devidos créditos, a assinatura marca a presença e a atuação de alguém naqueles terrenos. A assinatura revela ao público que aquelas peças resultaram do trabalho das pessoas nominadas, a quem se lhes atribui a autoria. De forma ilustrativa, se a complexa questão da autoria fosse comparada a um *iceberg*, a assinatura serviria de ponta, o aspecto mais agudo e visível do problema.

A assinatura de um produto³ é uma forma de reconhecimento, um signo de titularidade, uma maneira de pertencimento. Por isso, a autoria não está dissociada das discussões legais advindas de direitos morais e patrimoniais da obra. Ser autor de algo é mais do que responder por ele ou tê-lo iniciado.

Depois de iniciada a era de Gutenberg, a assinatura ganha mais peso e consistência. Isso porque, ao assinar um texto, seu autor fixa uma forma definitiva que pode ser reproduzida à exaustão pelos processos técnicos. A assinatura garante a paternidade, congela a versão bem acabada e chancela a permissão para a sua difusão. A assinatura se converte na mais evidente forma canônica de fixação de um discurso, de um texto⁴.

¹ Publicado em **Foucault e a Autoria** (Ed. Insular, 2006), organizado por Maria Marta Furlanetto e Osmar de Souza.

² Jornalista, mestre em Linguística pela UFSC e doutor em Ciências da Comunicação pela USP. Professor do curso de Comunicação Social – Jornalismo e do Mestrado em Educação da Univali.

³ Chamo de produto todo resultado de uma produção, todo substrato do trabalho.

⁴ Grande parte das discussões acerca da autoria contidas neste capítulo teve lugar inicial na tese de doutoramento do autor: “A medida do olhar: objetividade e autoria na reportagem”, defendida em 2004 na Escola de Comunicações e Artes da USP.

No Jornalismo, não há uma prescrição exata dos critérios que levem à assinatura de uma obra⁵. Entretanto, certos procedimentos são reproduzidos simultaneamente por diferentes empresas jornalísticas e se repetem em diversas latitudes, dando uma sensação de orientação básica e generalista para o assunto. No entanto, deve-se enfatizar que não há uma política clara e definida para a assinatura no Jornalismo, e os profissionais e suas obras se regem por costumes da categoria, por normas editoriais e tendências de mercado que se cristalizaram.

Na vigência de um acordo tácito, o que se percebe em geral é que:

- Colunistas e articulistas de meios impressos sempre assinam o material que produzem. Eles são os titulares de seções fixas e de colunas de especialidades;
- Fotógrafos, ilustradores e chargistas também recebem créditos visíveis por seus trabalhos nas publicações que os editam. Algumas exceções se notam quando agências noticiosas vendem fotografias para outros veículos e esses deixam de creditar o material aos profissionais, nominando apenas quem o forneceu;
- Repórteres de vídeo assinam suas matérias exibindo-se no início ou desfecho, ou ainda através de locuções em *off* ou por legendas no vídeo;
- Na área gráfica, são raros os exemplos em que se dá aos profissionais o reconhecimento visível de seus trabalhos;
- Na internet, a assinatura de obra jornalística é prática pouco usual e sem qualquer normatização, o que resulta num ambiente selvagem onde se disseminam práticas como o plágio, o tráfico mundial de textos e imagens, o uso indevido e não autorizado de material autoral, e mesmo a republicação de conteúdo jornalístico por empresas do ramo sem as devidas compensações financeiras aos seus autores;
- Autores de textos para meios impressos podem ter seus nomes creditados no cabeçalho de suas produções (ou no rodapé) ou ainda manterem-se anônimos.

Neste último caso, o que se percebe é que, em muitas redações, a assinatura de um texto é considerada uma distinção ao jornalista, uma deferência ou prêmio que ateste os

⁵ Entenda-se aqui obra jornalística como qualquer peça resultante do trabalho na área e que contenha uma unidade formal e estrutural coerente. Artigos, textos, fotos, charges, ilustrações, matérias para TV, rádio ou internet, projetos gráficos, reportagens ou imagens geradas são obras jornalísticas. Títulos, chamadas e legendas, por exemplo, não chegam a essa condição por serem unidades constituintes de peças maiores e mais bem acabadas.

méritos do profissional ou do seu trabalho. As cúpulas editoriais dos veículos costumam ater-se a critérios não tão claros para decidir quando um texto deve ou não ser assinado. Entre esses critérios, leva-se em conta a qualidade da peça produzida, se a reportagem traz informações exclusivas ou um tratamento inédito dos fatos, considera-se ainda a experiência do jornalista e sua trajetória pessoal – é a assinatura funcionando como dispositivo retroalimentador da credibilidade profissional -, e o destaque que a matéria tem dentro da edição a que pertence. Isto é, ter chamada na capa ou ser uma das manchetes são fatores que pesam quando o que se discute é a assinatura ou não do material.

Na assinatura do trabalho jornalístico, vejo cinco formas de ocorrência:

- Primeiro como prática que credita a alguém o produto que seu trabalho realizou. A assinatura se assemelha a uma **impressão digital** do jornalista sobre sua produção;
- Segundo: a assinatura funciona como **dispositivo de revelação** ao público consumidor que sujeito está relacionado ao produto final;
- A assinatura atua como **instrumento de responsabilização** do autor frente a possíveis conseqüências da difusão de sua obra. Um texto assinado, por exemplo, ajuda a identificar com mais facilidade quem pode ser responsabilizado juridicamente por danos ou lesões;
- A assinatura funciona como **dispositivo retroalimentador da credibilidade profissional**. Isto é: jornalistas famosos têm seus textos assinados mais freqüentemente do que os demais porque, além de seus próprios méritos, essa prática confere prestígio à publicação onde veiculam suas produções;
- A assinatura é meta, e não prática cotidiana. Assim, editores consideram-na um **prêmio**, uma distinção. Essa postura é uma maneira de a empresa jornalística oprimir o jornalista na medida em que acirra um ambiente de competição interna e permite à chefia estabelecer níveis no reportariado que funcionam como sistemas de controle social.

Estas cinco formas de ocorrência auxiliam na reflexão sobre a assinatura do trabalho jornalístico. Uma ou duas delas podem acontecer simultaneamente na mesma empresa, outras podem se dar em outros momentos. Não há um regime fixo de sua incidência, e as

condições de trabalho, impostas pelas empresas (e pelo mercado), e a disposição dos profissionais em aceitá-las são determinantes para o seu sucesso.

Entretanto, como já se disse, a assinatura é só a ponta visível do *iceberg* da autoria. Assinar um texto não garante que alguém seja autor dele. Isto é, assumir a responsabilidade pela produção de algum produto jornalístico não é o mesmo que exercer a autoria sobre ele. Um autor vai além da representação gráfica de um nome associado a uma produção. Para ser autor, não basta assinar.

A função autor

Depois que Roland Barthes (1988) anunciou a morte do autor, esse ocaso tornou-se objeto de debates nos principais círculos críticos e literários. Uma resposta à altura do texto de 1968 chegará já no ano seguinte, quando da publicação de uma conferência dada por Michel Foucault intitulada “O que é um autor?”⁶.

A intenção do pensador francês – ele mesmo dirá (2001: 294) – era investigar o que havia por baixo do apagamento do autor. Isto é, o que poderia ser visto com o anúncio da morte do autor. A partir desse questionamento, Foucault vai pensar sobre que papel o autor exercia na literatura, sob que condições ele o fazia e que regras atuavam nesse terreno. A resposta passa pela consideração de que há uma função autor, e que esta é uma das especificações possíveis de uma entidade múltipla como o sujeito. Dessa forma, para Foucault, não basta apenas alardear que o autor morreu, mas sim identificar o espaço vago com essa desapareição e observar o que resta ali. Esse percurso obriga a refletir sobre as noções de “obra” e mesmo de “unidade” que a obra deve conter sob o mesmo nome de autor. O que caracteriza uma obra? O que faz com que certos escritos possam ser encaixados numa mesma rubrica? Anotações em cantos de página podem ser consideradas como romances ou ensaios? Não se nega o interesse que esses escritos ordinários podem despertar – Foucault cita notas de lavanderia de Nietzsche, por exemplo -, mas seu *status* de obra. Michel Foucault chama a atenção para o fato de que há diferenças sensíveis entre os escritos e que a autoria nem sempre se manifesta neles, fato que leva a pensar numa autoria

⁶ A primeira publicação da conferência acontece no *Bulletin de la Société Française de Philosophie* nº 3, de julho-setembro de 1969, pp. 73-104. Já na década de 70, Foucault rerepresentará essa mesma fala na Universidade de Búfalo (EUA), acrescida de comentários, o que será publicado em 1979. No Brasil, o texto só chegará às estantes em 2001 no terceiro volume dos *Ditos & Escritos* de Michel Foucault, com organização de textos de Manoel Barros da Motta. As referências a este texto seguem a versão brasileira.

como função do sujeito. Neste sentido, chega a pensar que o próprio nome do autor não é exatamente um nome próprio como os demais. Ele não apenas um elemento num discurso - como um complemento ou um sujeito-, mas tem uma função classificatória: a partir dele se pode reagrupar textos, traçar características comuns, delimita-se um campo próprio para o autor. O nome do autor funciona para

caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer 'isso foi escrito por tal pessoa', ou 'tal pessoa é o autor disso', indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo *status*.

Chegar-se-ia finalmente à idéia de que o nome do autor não passa, como o nome próprio, do interior de um discurso ao indivíduo real e exterior que o produziu, mas que ele corre, de qualquer maneira, aos limites dos textos, que ele os recorta, segue suas arestas, manifesta o modo de ser ou, pelo menos, que ele o caracteriza. Ele manifesta a ocorrência de um certo conjunto do discurso, e refere-se ao status desse discurso no interior de uma sociedade e de uma cultura. O nome do autor não está localizado no estado civil dos homens, não está localizado na ficção da obra, mas na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser. Conseqüentemente, poder-se-ia dizer que há, em uma civilização como a nossa, um certo número de discursos que são providos da função 'autor', enquanto outros são dela desprovidos. Uma carta particular pode ter um signatário, ela não tem autor; um contrato pode ter um fiador, ele não tem um autor. Um texto anônimo que se lê na rua em uma parede terá um redator, não terá um autor. A função autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade. (*op.cit.*: 273-4)

Não apenas na literatura, mas também em outros campos, o nome do autor pesa. Como uma grife, uma chancela, o nome não traduz apenas quem responde por aqueles escritos. No Jornalismo, um texto de Paulo Francis não é apenas um conjunto bem articulado de mordacidade, virulência e polêmica. É um texto de Paulo Francis. No Jornalismo, uma reportagem de Joel Silveira não é uma matéria ordinária. É um trabalho que tem a rubrica do legendário repórter. Da mesma forma, um quadro pintado por Pablo Picasso é um Picasso, uma foto tirada por Sebastião Salgado alcança notoriedade não apenas pela sua qualidade técnica, mas também pela história recente que traz em seu bojo. Assim, o nome do autor deixa de ser complemento e torna-se substantivo: o livro é um Rubem Fonseca, o poema é um Drummond, o romance é um Proust, a tela é um Matisse...

É curioso lembrar que o nome do autor passa a ter mais visibilidade para que o criador seja punido. Quer dizer, a assinatura do autor vai possibilitar que as instituições identifiquem o indivíduo para que possam responsabilizá-lo por virtuais danos ou

transgressões. A assinatura é como uma impressão digital, traço da identidade. A metáfora da impressão digital não é gratuita já que se trata aqui de criminalização ou responsabilização penal por produtos de criação autoral. Diante disso, Foucault teria nisso mais uma confirmação de sua hipótese sobre o caráter disciplinar das sociedades. Essa tendência se mantém até hoje⁷.

Para Foucault, é possível reconhecer no autor quatro componentes distintos que fazem-no exercer a função de autoria:

- Os produtos de criação – textos, obras de arte, etc - são objetos de sua apropriação. Ao estampar seu nome neles, o autor faz operar formas de pertencimento sobre tais objetos;
- Não se exerce a função autor de maneira idêntica e constante em todos os discursos. Não há uniformidade nesse exercício, e tudo depende das épocas e das modalidades dos objetos de criação;
- A função autor não se forma espontaneamente tal qual a atribuição de um texto a uma pessoa. Ela é resultado de uma operação complexa que constrói um certo ser de razão que chamamos de autor. Para Foucault, o que faz de um indivíduo um autor (ou o que no indivíduo é designado como autor) é a “projeção, em termos sempre mais ou menos psicologizantes, do tratamento que se dá aos textos, das aproximações que se operam, dos traços que se estabelecem como pertinentes, das continuidades que se admitem ou das exclusões que se praticam” (*op.cit.:276-7*). O autor é um ponto de reunião e dispersão, um vórtice onde se estabelecem coerências criativas;
- Não se deve buscar o autor na pessoa do escritor, do artista ou do jornalista. Eles nem sempre coincidem, e a função autor se efetua “na própria cisão – nessa divisão e nessa distância (*op.cit.: 279*). Todos os discursos e produtos onde opera a função autor contêm essa pluralidade de egos. Seria enganoso buscar razões na pessoa do dramaturgo para justificar as razões do texto da peça, por exemplo. Essa correspondência pode se dar ou não. A autoria não remete tão somente a um

⁷ Tal orientação é tão introjetada no sujeito contemporâneo que o mesmo Foucault chegaria a dizer que o anonimato literário é insuportável para os leitores, sendo aceito apenas como jogo, enigma (*op.cit.:276*)

indivíduo real, mas pode estar vinculada ao mesmo tempo a várias posições-sujeitos que diferentes indivíduos podem vir a preencher.

É necessário ressaltar que, com a determinação do que é e de como opera a função autor, Michel Foucault oferece contribuições importantíssimas para o estudo do sujeito contemporâneo. Isso porque reforça o seu caráter múltiplo, clivado, dinâmico. Ser autor é uma dimensão possível nas tantas que ser sujeito comporta.

Assim, o autor é o que vai poder explicar numa obra modificações, desvios, transformações ocorridas entre um produto e outro.

O autor é, igualmente, o princípio de uma certa unidade de escrita – todas as diferenças devendo ser reduzidas ao menos pelos princípios da evolução, da maturação ou da influência. O autor é ainda o que permite superar as contradições que podem se desencadear em uma série de textos: ali deve haver – em um certo nível do pensamento ou do seu desejo, de sua consciência ou do seu inconsciente – um ponto a partir do qual as contradições se resolvem, os elementos incompatíveis se encadeando finalmente uns aos outros ou se organizando em torno de uma contradição fundamental ou originária. O autor, enfim, é um certo foco de expressão que, sob formas mais ou menos acabadas, manifesta-se da mesma maneira, e com o mesmo valor, em obras, rascunhos, cartas, fragmentos etc. (*op.cit.*: 278)

Para Foucault, com a função autor em cena, compreende-se um pouco melhor a natureza multifacetada do sujeito contemporâneo e suas relações com os diversos discursos. Deixa-se de perguntar como a liberdade de alguém pode incidir nos objetos (nos textos e obras) para questionar de que formas o sujeito aparece na ordem dos discursos, que papéis ocupa nos textos. “Trata-se, em suma, de retirar do sujeito (ou do seu substituto) seu papel de fundamento originário, e de analisá-lo como uma função variável e complexa do discurso”, sintetiza o pensador (p. 287).

Em dezembro de 1970, Foucault voltaria a falar das relações entre sujeitos e discursos em sua aula inaugural no Collège de France, intitulada “A ordem do discurso”. Segundo ele, em toda sociedade, a produção dos discursos é controlada, organizada, selecionada e redistribuída atendendo a uma rigorosa e complexa lógica de controle. Entre os procedimentos incidentes, estariam técnicas de exclusão e de rarefação. O autor seria um desses princípios que atuariam na produção discursiva. Não a pessoa que escreve, pinta ou cria, mas o autor “como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (2001:26); o autor como alguém que “dá à

inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real” (p.28).

Foucault torna a dizer que não se trata de negar o indivíduo que executa as operações físicas e mecânicas de escrever, desenhar ou criar; seu foco está na função autor que essa pessoa permite funcionar a cada momento.

Todo esse jogo de diferenças é prescrito pela função do autor, tal como a recebe de sua época ou tal como ele, por sua vez, a modifica. Pois embora possa modificar a imagem tradicional que se faz de um autor, será a partir de uma nova posição do autor que recortará, em tudo o que poderia ter dito, em tudo o que diz todos os dias, a todo momento, o perfil ainda trêmulo de sua obra. (*idem*: 29)

Na literatura, nas artes, no Jornalismo, o autor não é um corpo, um rosto ou uma voz; é, sim, uma posição ocupada em tantas que o sujeito pode firmar. Aliás, tem-se claro aqui que o sujeito é um lugar, uma instância, uma posição discursiva. A noção de autor opera como função da de sujeito, e responde pela organização dos sentidos e por uma certa unidade de textos e discursos, o que provoca o efeito de continuidade do sujeito. Conforme frisa Eni Orlandi, a função autor não se limita a um pequeno conjunto de produtores originais de linguagem. “Para nós, a função autor se realiza toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não-contradição e fim” (1996: 68).

Ainda segundo Orlandi, a posição de autor se constrói à medida que se funda um lugar de interpretação definido pela relação com o outro e com os demais discursos que podem ser correlacionados. No final das contas, a autoria constrói e é construída pela interpretação simultaneamente. Na terminologia da tradição francesa da Análise do Discurso⁸, o autor surge graças a um efeito-leitor. Isto é, o autor se produz através d “possibilidade de um gesto de interpretação que lhe corresponde e que vem ‘de fora’. O lugar do autor é determinado pelo lugar da interpretação. O efeito-leitor representa, para o autor, sua exterioridade constitutiva (memória do dizer, repetição histórica)” (*op.cit.*:74-5).

Com isso posto, o sistema de escrita e leitura – ou de criação e recepção – fica mais dinâmico, com lugares bem definidos e com uma estrutura menos hierárquica. Isto é, o

⁸ Matriz conceitual e operativa dos estudos lingüísticos a qual Eni Orlandi se filia. Surgida em 1969 a partir de estudos de Michel Pêcheux, teve continuidade com pesquisadores como Françoise Gadet, Denise Maldidier, Paul Henry, Silvain Auroux, Régine Robin e Jacqueline Authier-Revuz. No Brasil, além de Orlandi, destacam-se Pedro de Souza, Freda Indursky, Mônica Zoppi-Fontana, Sírio Possenti e Solange Galo, entre outros.

autor não é o centro do sistema, como queriam influentes camadas da crítica e da produção artística. Nem mesmo o leitor assume o centro, a despeito do que pregou Roland Barthes. Leitor e autor são posições ocupáveis, igualmente relevantes no processo comunicativo, mutuamente influenciáveis, interdependentes e complementares nas suas constituições.

Condições para uma autoria na reportagem

A autoria é uma função da posição de sujeito. Quer dizer, não há um sujeito centrado, monolítico, bem como a figura do autor não corresponde necessariamente à da pessoa cujo nome assina a obra. Mais do que uma coisa em si, o sujeito é uma posição de discurso a ser ocupada, um lugar de onde se diz/se escreve algo. Como há movimento nas mais diversas discursividades, os sujeitos são posições dinâmicas, móveis, deslocadoras. Uma das funções ativas na condição de sujeito é a de autor, de criador. Assim, para ser autor, é necessário mobilizar uma série de elementos que propiciem os requisitos necessários – internos e externos ao sujeito – para ser tratado e entendido como autor.

No Jornalismo, as condições para o exercício de uma autoria não são as mesmas para a literatura ou qualquer outra atividade. Isso porque o Jornalismo dispõe de uma natureza própria, de características, valores e conceitos constituintes que o tornam algo distinto de qualquer outro campo de entendimento, atuação e tradução da realidade.

Entretanto, tal como na literatura, a autoria surge no Jornalismo (e assim se mantém) como uma instância jurídica, um conjunto articulado para a identificação e responsabilização dos pontos de partida de certos textos. Assim, quando alguém assina um livro ou uma matéria de jornal, a sociedade tem a evidência de quem deve responder por possíveis conseqüências da divulgação daquelas idéias, conceitos, versões. Ao nominar o autor, tem-se não apenas o reconhecimento de sua condição de fonte da obra, mas também a sinalização de quem deve receber posteriores contestações e queixas. A assinatura é reconhecimento, é atribuição, mas também traz o ônus da responsabilidade sobre a obra.

Uma metáfora sempre foi exaustivamente usada quando o assunto é autoria: o autor tem a paternidade da obra, e como tal, deve zelar por seu fruto filial, deve se responsabilizar por ele. O autor arca com as conseqüências de sua criação. Sejam dividendos da exploração do objeto criado ou sanções e penalidades advindas da ampla

difusão de algo ofensivo. No Jornalismo, a preocupação com a repercussão da divulgação de certos textos ou imagens é sempre manifestada, surtindo inclusive em reprimendas judiciais ao veículo de comunicação ou mesmo aos profissionais envolvidos. Assim, uma primeira característica da autoria no Jornalismo: ela é entendida primeiro como indicador de responsabilidades. Um texto assinado identifica com mais facilidade sobre quem devem recair cobranças e compensações sobre prováveis litígios.

É evidente que – diferente de outras atividades de criação intelectual – o Jornalismo é um campo de trabalho coletivo. Uma reportagem nasce pelo esforço de diversos profissionais, do pauteiro ao editor, passando por repórteres, redatores, ilustradores, fotógrafos e diagramadores. O resultado final é um complexo mosaico da interferência de distintos sujeitos, em maior ou menor escala. Entretanto, convencionou-se o entendimento de que a paternidade da reportagem é do repórter ou do redator com quem dividiu a tessitura do texto. A natureza complexa e coletiva do trabalho jornalístico dificulta a clara identificação de quem realmente é o autor da reportagem. Em 1995, um ano antes de morrer, Perseu Abramo já manifestava preocupação com o tema: “É tão grande a variedade de fatores e circunstâncias presentes na atividade jornalística que a plena e cristalina identificação da autoria do que é divulgado constitui a exceção, não a regra” (1997: 331).

Para analisar a questão, Abramo exorta que é preciso levar em conta as diferenças entre o Jornalismo impresso e o feito para radiodifusão; que é necessário atentar para as condições e o alcance da empresa para qual se está trabalhando e mesmo os métodos que caracterizam o processo produtivo dentro da empresa. Para tanto, Abramo faz uma criteriosa descrição das alterações que o produto jornalístico sofre dentro do processo que antecede a sua publicização. Apesar dos empecilhos inerentes à função, não se deve usar o caráter coletivo e difuso como “biombo para escamotear ou dissolver responsabilidades pessoais e individuais”, reitera (*op.cit.*: 334). É precisamente neste trecho que se percebe que a grande preocupação de Perseu Abramo é a da responsabilidade pessoal sobre o trabalho jornalístico e suas implicações jurídicas e éticas. Atento às tensões entre capital e trabalho, Abramo defende a tese da responsabilidade pessoal no trabalho jornalístico a despeito da responsabilidade sucessiva, que vigora atualmente nos andamentos processuais.

A autoria, então, é vista como um sistema de identificação e responsabilização. A assinatura da reportagem não é a garantia do direito inalienável do jornalista-autor de ter

seu trabalho reconhecido. Pode funcionar mais como denúncia, como delação de quem deve assumir os riscos do que foi escrito abaixo⁹.

Uma segunda característica da autoria jornalística é que ela se dá não na criação intensiva, maciça, totalizante, como na literatura. Na ficção, o autor cria personagens, situações, contextos, conflitos, cenários, profundidades psicológicas, sentimentos e pensamentos. Se assim quiser, nada escapa ao autor na trama. Ele tem o seu domínio, seu alcance é ilimitado, o tempo é contado pelos seus ponteiros. No Jornalismo, os compromissos são mais rígidos e o controle não é total. Por conta de suas atribuições sociais, o jornalista se ocupa de relatar acontecimentos, narrar fatos mais proximamente de como eles se deram. Não deve fazer ficção, pois o Jornalismo mantém um comprometimento mais firme com o que se convencionou entender por verdade factual. Neste sentido, o jornalista faz uma antificção, e tenta apreender o real, tocar o fato e traduzi-lo da maneira mais clara, fiel e confiável ao seu público. O jornalista atua como mediador entre acontecimentos noticiáveis e cidadãos que se interessam por aqueles relatos.

Neste sentido, a autoria no Jornalismo se dá na mediação, nas complexas operações profissionais de destacar elementos e versões importantes para a narração do fato e na sua costura coerente, cujo resultado possibilite uma leitura daquele fragmento de realidade. O repórter vai às ruas, colhe depoimentos e se cerca de condições que atestem a ocorrência do fato. Apura, checa as informações, confronta falas, seleciona o que julga indispensável para o entendimento geral da situação e tece uma trama que dê conta dela. Na medida do possível. É justamente aí, nesta mediação, que se dá a autoria. Em alguns casos, essa autoria fica mais nítida, mais aparente; em outros, não salta aos sentidos. O que vai diferenciar uma matéria “mais autoral” do que outra é a emergência mais clara de índices da mediação: sejam marcas discursivas próprias de um sujeito (pronomes, elementos estruturantes de uma certa formação discursiva, etc.), seja a impressão de um estilo de escrita (sustentado por algumas construções frasais ou recorrendo a outros recursos estilísticos) ou ainda outras formas de identificação, que veremos a seguir. De maneira grosseira, poderíamos dizer que o jornalista pode se colocar mais ou menos numa

⁹ Não estou eximindo a responsabilidade do autor sobre a obra. Pelo contrário: reafirmo isso. Porém, a autoria não acarreta apenas ônus pelo seu exercício. E o que se percebe é que esta dimensão – a da responsabilização – se mostra hipertrofiada em detrimento da que vê na autoria um reconhecimento, atribuição de paternidade criativa. O assento jurídico da autoria é reforçado inclusive no inciso IV do artigo 5º da Constituição Federal: “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”.

reportagem, dependendo da autonomia que tenha em seu trabalho, da adequação aos objetivos que conduziram a elaboração daquela matéria, do contexto histórico-social. Se na literatura a criação é uma atitude poética, no Jornalismo, o ato criador é diminuto, sutil, crivado e subsistente na mediação de que o profissional se ocupa para transmitir da melhor maneira a informação.

Essas limitações a que o profissional se submete acabam atingindo também a própria configuração da autoria como tal. Isto é, se a autoria depende de um exercício de estilo, no caso do Jornalismo, serão precisos dois estilos: um que atenda às demandas do Jornalismo em si e outro que possa ser atribuído àquele autor em especial. Eis mais uma característica da autoria no Jornalismo: para ser autor na reportagem, é necessário atender a dois estilos, um estrutural do Jornalismo e outro, pessoal. Assim, o autor segue as orientações que as gramáticas jornalísticas indicam para se fazer um texto de reportagem e, paralelamente, insere elementos que lhe são próprios, singulares. Como se a mediação ocorresse em dois estágios, um mais amplo e outro mais profundo.

Os compromissos advindos da função social jornalística e as conseqüentes limitações à criação no texto fazem com que o repórter não se descuide do fato por esmero do estilo, da forma. Não. Na atividade jornalística, tem preponderância o estilo jornalístico sobre o pessoal. É necessário que o repórter atenda ao primeiro para que possa permitir a emergência do segundo. Assim, na autoria jornalística, o exercício do estilo não se desvia de seu objeto (narrar), mas sutilmente permite uma revelação do seu narrador, o jornalista-autor. Por conseguinte, a autoria jornalística se dá num ponto periférico, no estágio de exercício do segundo estilo, o pessoal, não no primeiro, já que este é plano de imanência na narrativa jornalística.

É curioso observar que a marcação de um estilo em terreno jornalístico fez com que muitos pensassem que o que se estava fazendo era literatura e não reportagem. Em determinados casos, a escrita é tão esmerada que torna embaçadas as fronteiras entre um país e outro. Os limites podem estar confusos, mas mesmo que sejam porosos, eles existem. A tentação de considerar textos jornalísticos bem escritos e com estilo como literatura parece ser uma forma de reacomodar cada esfera: deixar o Jornalismo com uma suposta frieza no relato e dar à literatura tudo aquilo que não se confirma no minifúndio das

reportagens¹⁰. Contribuem para esse embaralhamento os muitos casos de dupla militância, onde jornalistas tornaram-se escritores e onde grandes autores da literatura foram forjados nas redações¹¹. Nesta tese, estou tratando o estilo jornalístico na sua forma no texto escrito, no conjunto de características estilísticas visíveis na superfície textual, e não nas técnicas de apuração, por exemplo. Quer dizer, o estilo no Jornalismo poderia ser observado também na etapa de investigação e coleta das informações. Para destacar estilos nas técnicas de apuração, poderíamos recorrer ao *Gonzo Journalism*, de Hunter S. Thompson, que transcende o ato de narrar e mescla o próprio narrador ao seu processo¹² (inclusive alterado pelo uso e abuso de drogas), ou mesmo ao estilo do alemão Günter Wallraff, que faz do disfarce seu passaporte para a notícia¹³.

Mas se o assunto é autoria, um conceito não pode ser ignorado: obra. Sim, porque, afinal, há autor sem obra? Não. Um autor só se credencia enquanto tal se é público o resultado de sua criação, seja um quadro, um livro ou um crime. Existe homicídio sem cadáver? Há assassinato sem vítima?

Neste sentido, para se definir o que é um autor no Jornalismo, é preciso tornar claro o que é uma obra neste campo, como se forma a sua unidade e o que determina a sua coesão. Detendo-se no terreno artístico, Michel Guérin (1995) estabelece uma distinção entre *obra* e *trabalho*, opondo os dois termos. Para ele, a obra, entre outros atributos, tem nobreza, é uma atividade desinteressada do espírito, diferentemente do embrutecimento que cerca o trabalho. É claro que a obra também custa trabalho, mas nem todo trabalho se conclui como obra. Eles não são sinônimos, mas mantêm parentescos interessantes. O trabalho esgota as forças do homem. A obra imortaliza o homem na medida em que interioriza o trabalho. “Se em certos pontos, a obra *enquanto tal* se opõe ao trabalho, em

¹⁰ Dois exemplos apenas: em *As religiões do Rio*, João do Rio não é o cronista, mas o repórter que, numa intensa série de reportagens publicada na Gazeta de Notícias em 1904, faz um inventário da fé na então capital da República. Classificado como obra literária, ensaística e até sociológica, *Os sertões* é escrita a partir do trabalho do correspondente Euclides da Cunha para o jornal O Estado de S.Paulo.

¹¹ Alguns escritores que foram jornalistas: Edgar Allan Poe, Walt Whitman, Mark Twain, Jack London, Sinclair Lewis, Edmund Wilson, Ernest Hemingway, Gabriel García Márquez, John Reed, Rodolfo Walsh, José Saramago, Carlos Heitor Cony, Antonio Callado, Eric Nepumeno, e a lista vai longe. Uma saborosa discussão sobre o tema pode ser encontrada em “Quanto a literatura Americana deve ao bom Jornalismo”, artigo de Luiz Carlos Lisboa na revista *Jornal dos Jornais*, nº 7, outubro de 1999, pp.17 a 19.

¹² No Brasil, há um seguidor desta corrente: Arthur Veríssimo, da revista *Trip*, que vai muito além do que freqüentemente iria um repórter convencional.

¹³ Foi assim que o repórter se infiltrou no *Bild Zeitung* para denunciar a invenção de notícias em *Fábrica de Mentiras*; e foi assim que passou dois anos como o turco Ali Sinirlioglu, operário em situação degradante de sobrevivência, de discriminação e humilhação humana em *Cabeça de Turco* (ambos os títulos lançados no Brasil pela Editora Globo).

outros aspectos ela vem a se confundir com ele. Existe trabalho *na* obra; existe um trabalho *da* obra” (*op.cit.*: 24).

No Jornalismo, fica fácil distinguir que o trabalho preenche a rotina ordinária do repórter e só mesmo uma parcela dos seus resultados – textos, imagens, sentidos – vai se converter em obra. As numerosas atividades diárias de coleta de dados, entrevistas, edições e escrituras, escolhas e descartes, hierarquizações e organizações de materiais fazem parte do trabalho jornalístico. Não são as obras dele. Os frutos, os produtos resultantes – um documentário, uma reportagem, um artigo, um conjunto de fotos, entre outros -, esses sim, podem ser considerados obras jornalísticas. Isso se funcionarem como peças que constituam unidades mais ou menos delimitadas e se satisfizerem expectativas jornalísticas. Explicando melhor: embora atenda a demandas jornalísticas, um bloco de notícias não constitui uma unidade porque é parte integrante de um todo mais coeso e coerente que é a edição inteira do telejornal ou do radiojornal. Assim, este segmento não pode ser considerado uma obra, uma peça em si. Uma fotografia pode ser entendida como uma obra jornalística bem como um conjunto de fotos seguindo uma mesma temática numa dada cobertura. O mesmo se aplica a uma reportagem isolada e a série que forma com suas suítes. É por essa razão que escrevi há pouco que as obras devem se comportar como “peças que constituam unidades mais ou menos delimitadas”.

É necessário perceber ainda que a obra jornalística – para além de ter estatuto de unidade e de submeter-se às gramáticas jornalísticas – não transborda em si qualquer aura sacralizante como nas obras de arte. São reportagens, fotos, charges, programas jornalísticos, apenas. Quando deixam de sê-los para se tornarem fetiches – como a edição de *Realidade* que traz a reportagem de José Hamilton Ribeiro sobre a Guerra do Vietnã, por exemplo -, convertem-se em algo a mais do que uma obra jornalística, alcançando *status* de um clássico do gênero, operação que não me interessa aqui.

A obra jornalística, então, não sobrevive da própria sacralização, e não necessita de um tempo maior de permanência. Como o Jornalismo vive o tempo de maneira muito imediata e opera reiteradamente em atualização, a perenidade não importa para a obra jornalística. Seu tempo é extremamente perecível, sua vida é volátil, de frágil duração. Uma

autoria no Jornalismo depende de uma compreensão diferenciada da obra¹⁴: ela é mais ordinária, não é cercada de aura, sua permanência é ínfima.

Para exercer uma autoria é necessário reunir em si alguma legitimidade, características que autorizem o indivíduo a apresentar-se na qualidade de autor, destacando-se do relevo comum do anonimato. Do ponto de vista do jornalista, essa legitimidade é a primeira condição a ser satisfeita para uma efetiva vivência autoral na reportagem. Isto é, no momento em que o repórter atende a essa condição – legitimidade – demarca-se um lugar institucional a partir do qual se pode narrar, de onde se pode reportar os fatos. Esse lugar institucional é a instância de onde se diz, de que ponto se conta os acontecimentos. Dessa forma, para termos uma autoria na narrativa da contemporaneidade, é preciso um lugar de fala, um ponto de partida do discurso.

A legitimidade vai poder assinalar no jornalista uma qualidade de narrador e um vínculo institucional no campo do Jornalismo. Assim, para ser autor, é necessário ser jornalista, repórter e estar desempenhando tal função profissional para algum veículo de comunicação ou qualquer forma de difusão pública do objeto narrável: sou o repórter da revista *Veja*, ele é o jornalista do *The Times*, etc...

A condição da legitimidade de um autor só é saciada em dois momentos: primeiramente quando o narrador se manifesta como jornalista na qualidade de repórter do acontecimento; e depois quando vincula a sua atividade a um veículo, entidade, empresa ou empreitada jornalística. O primeiro momento coloca o narrador numa posição social específica, esperada e autorizada a narrar: a do jornalista. O segundo momento é igualmente importante porque ele evidencia a intenção e o objetivo de dar publicidade ao fato, de difundi-lo publicamente. Essa disseminação – o ato de tornar comum, público – é uma essencial característica da obra jornalística e do próprio processo jornalístico.

A necessidade de atender a esses dois momentos – o lugar profissional e o institucional – satisfazem a primeira condição da autoria na reportagem, a que confere legitimidade ao narrador. De forma prática, quando se lê uma matéria num jornal ou um

¹⁴ Uma distinção é necessária. Foucault vincula a obra ao autor, enquanto que Eni Orlandi atrela a obra ao escritor e o texto ao autor. Segundo Orlandi, não se pode tomar como sinônimos os termos e essa razão já instauraria a necessidade de uma distinção. Entendo a justificativa, mas não tenho a preocupação de preservar o conceito de obra, com a aura que lhe competiria, a exemplo de Orlandi. Penso que o caráter ordinário do Jornalismo ajuda a flexibilizar essa noção, e é sobre esses patamares que trabalho aqui.

livro-reportagem, e se tem a identificação de um jornalista àquilo vinculado, temos a fundação de um ponto legítimo de narrativa jornalística, um lugar de onde se pode (e se aceita) narrar.

Em 11 de abril de 2001, os leitores do caderno Cotidiano da *Folha de S.Paulo* depararam-se com um texto diferente em meio às notas que estão acostumados a encontrar naquela seção de geral: a matéria contava quem era e como vivia o pedreiro anônimo que teria subido numa torre de alta tensão no interior paulista para sabotar o sistema energético. Na matéria, o repórter faz uma breve descrição da situação, revelando que o personagem era um suicida potencial, depois de perder o emprego e a namorada, e que não atentava contra o serviço público, apesar de ainda estar preso por isso – artigo 265 do Código Penal. O repórter viajou a Sorocaba para entrevistar o pedreiro e os demais envolvidos no caso, mas nada teria extraído dos seus depoentes se não se apresentasse enquanto repórter e não dissesse a que empresa jornalística estava vinculado.

O leitor, por sua vez, não aceitaria aquele relato como jornalístico se não o tivesse lido num órgão de imprensa, se não tivesse encontrado aquela narrativa nas páginas de noticiário e se não lesse logo abaixo do título “Ricardo Kotscho – Especial para a Folha”. Esses índices é que ajudaram a credenciar tal texto como um relato jornalístico, descrevendo certo fato, sendo legítimo narrador daquela situação. Eles é que conferiram legitimidade à reportagem.

É evidente que não apenas isso torna a matéria um relato de autor. No caso, o texto envolvente, o enlace final e todo o olhar dilacerante que Kotscho dirige ao personagem engendram uma arquitetura discursiva diferente na página, distinta naquele mar de notas breves e superficiais. A qualidade do texto e a perspectiva da narração dão forma a uma outra condição necessária para a autoria: a capacidade.

Enquanto a legitimidade é algo que está fundado na lei, na razão ou na justiça, a capacidade é uma habilidade, uma aptidão. Atributos que se revelam no exercício de um estilo nas reportagens, pela originalidade, singularidade ou autenticidade que se desempenha nos textos. A capacidade é uma segunda condição necessária para a autoria, já que vai sinalizar elementos para além de um lugar autorizado de fala. Assim, se o repórter demarca um ponto de partida do discurso jornalístico, ele aí sim pode colocar uma voz, um timbre àquelas frases. Escrever um texto mais elaborado ou não, estruturar de maneira

criativa a matéria, lançar mão de recursos de outros gêneros textuais, enfim, tudo isso e o que mais se inventar está a cargo do repórter, depende dele, de sua capacidade.

A capacidade é uma condição para a autoria que privilegia a diferença e não a repetição. Em termos estilísticos, o relato do repórter irá se diferenciar dos seus concorrentes e semelhantes, buscando uma angulação nova, uma abordagem distinta, um encadeamento outro. É importante frisar que a diferença aqui é na forma, no envolvimento e no tratamento das unidades informativas, e não propriamente no conteúdo. Isto é, não se espera um furo jornalístico, mas um novo texto sobre o mesmo fato contado por outros narradores.

Para além de carecer de legitimidade, a autoria no Jornalismo pode se apoiar ainda na capacidade/competência de bem narrar, de seduzir os leitores, envolvê-los e convencê-los com os relatos apresentados. Essa disposição depende de uma certa autonomia de ação do repórter, condição confortável, mas nem sempre existente. É trabalhando com autonomia que o jornalista consegue ter uma margem um pouco maior de manobra para operar textos mais pessoais, exercendo um estilo mais próprio. Como já disse anteriormente, isso não o exime de satisfazer o que se convencionou chamar de estilo jornalístico. Não. O repórter deve atendê-lo alcançando assim condições extras para deixar suas digitais autorais na reportagem. Autoria requer certo grau de autonomia do repórter. Isso pode ser conseguido com a passagem do tempo de atuação do profissional, com o aumento do grau de confiança dos superiores hierárquicos, com a apresentação de um trabalho de qualidade que atenda às expectativas da empresa e que se traduza em maior gradiente de liberdade de ação do jornalista.

De maneira geral, o que se percebe é que os jornalistas que atuam como autores parecem se inscrever num outro setor do reportariado, que inclusive aparenta ser uma célula de privilegiados. Em boa parte dos casos, são os chamados repórteres especiais, alguns nomes mais conhecidos do mercado ou estrelas da profissão. Entretanto, esse diagnóstico não está totalmente certo. Há casos de repórteres mais anônimos que conseguem fazer um trabalho autoral em termos de reportagem, desviando-se das dificuldades diárias e abrindo espaços para que seus colegas passem a atuar de forma mais pró-ativa.

A autonomia é uma credencial conquistável, importante para a efetivação de um ambiente onde possam conviver jornalistas-autores. Essa credencial pode ser obtida

inclusive por lances de ousadia que se dão não só na superfície do texto, mas também nos procedimentos de coleta e apuração das informações.

Para se efetivar, a autoria no Jornalismo deve ser constituída à base de duas condições. A primeira é a legitimidade, que atesta os lugares de fala institucional e profissional do jornalista. A segunda condição pode ser a capacidade, que certifica habilidades ou aptidão para bem narrar, ou ainda uma outra: a autoridade, que é atribuída a alguém por um ou mais fatores que o colocam em vantagem.

Se a primeira condição legitima o narrador, e a capacidade atesta sua habilidade para tanto, a autoridade credencia a fala do repórter na medida em que ele ocupa uma posição privilegiada de discurso. Não se dá ouvidos àquele que não respeitamos, que não reconhecemos como sujeito autorizado a dizer, com autoridade para tal. Em pelo menos duas ocasiões da prática jornalística o repórter se reveste de uma autoridade de fala que o distancia de seus colegas: na qualidade de especialista ou na de testemunha do fato.

O primeiro caso pode ser vivido quando o jornalista domina um não tão conhecido idioma numa viagem internacional ou quando tem conhecimentos técnicos sólidos que o igualam a sua fonte de informação, por exemplo. Com isso, o repórter não apenas narra o que ouve, mas também entende o comentário de escárnio do premiê sueco frente a diplomatas de outros países, detalhe que dá novo contexto para as declarações oficiais. Com isso, o repórter pode inclusive corrigir ou desmentir sua fonte de informação, desmascarando sua fala com argumentos e minúcias técnicas. Esses dois exemplos ajudam a visualizar situações em que o jornalista não é apenas uma voz que conta, mas configura também um timbre com autoridade e que deve ser ouvido. Legitimado e autorizado, o repórter tem fortes condições para efetivar ali uma autoria em seu trabalho.

Um segundo caso que coloca o profissional num patamar diferenciado de autoridade de fala é o lugar do testemunho. Nele, o jornalista é espectador privilegiado, testemunha ocular de um acontecimento e por isso está autorizado a dizer o que captou com seus sentidos. Ele é o nosso homem lá no ponto de emergência do fato, pronto para relatar, e nós ficamos aqui prontos para ouvi-lo. Porque consideramos aquela voz legítima e autorizada, calamo-nos e o jornalista passa a narrar. Na reportagem, a autoridade é uma condição que ajuda a credenciar o discurso do jornalista, abrindo brechas para a efetivação de uma autoria. Ela pode se apresentar tanto por um lugar de especialidade ou de testemunho. Mas

como a capacidade, a autoridade é uma segunda condição a ser atendida para um exercício autoral na reportagem. São necessárias duas condições pessoais para que um repórter possa se inscrever enquanto autor. A primeira – a legitimidade – sempre deve ser satisfeita. Num segundo momento, o profissional e a circunstância vão determinar que segunda condição será atendida: a que atesta a capacidade e competência do repórter de bem narrar ou a que dá a sua voz um timbre autorizado a narrar.

De maneira resumida, o que se percebe é que o regime que regula a autoria no Jornalismo se assenta em algumas regras que estão condicionadas à própria natureza de constituição do Jornalismo enquanto prática social. Uma atividade prática coletiva, o Jornalismo é um campo onde nem sempre a autoria é discernível. Como reflete os fatos (ou tenta fazê-lo), e eles não têm dono, pode-se falar em autoria jornalística quando preenchidas algumas condições de exercício de estilo e reposicionamento do sujeito do discurso jornalístico.

Neste sentido, a autoria funciona primeiro como indicador de responsabilidades. Ela se dá na mediação e não na criação livre como na literatura. Para ser autor na reportagem, é necessário atender a dois estilos, um estrutural do Jornalismo e outro, mais pessoal. A autoria jornalística se dá num ponto periférico, no estágio de exercício do segundo estilo, o pessoal, não no primeiro, já que este é plano de imanência na narrativa jornalística. Uma autoria no Jornalismo depende também de uma compreensão diferenciada da obra jornalística.

São necessárias duas condições pessoais para que um repórter possa ser autor. A primeira – a legitimidade – sempre deve ser satisfeita, pois é a que funda o lugar institucional de fala. Num segundo momento, o profissional e a circunstância vão determinar que segunda condição será atendida: a que atesta a capacidade do repórter de bem narrar ou a que dá a sua voz um timbre autorizado a narrar.

No Jornalismo contemporâneo, é possível exercer uma autoria em estruturas jornalísticas cada vez mais hierarquizadas, industrializadas e complexas na medida em que se constroem condições de autonomia do repórter e o profissional alimenta sua atuação com doses de ousadia e consciência de sua função social. A margem de manobra é estreita, e muitos profissionais ou não enxergam o espaço em que podem se movimentar ou preferem não correr riscos de frustrar seus intentos.

Ser autor é - antes de tudo - uma função a ser encarnada e por isso depende de vontade e de ação. A diferença entre jornalista e jornalista-autor parece ser semelhante à existente entre escritor e escrivão.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Perseu. Um trabalhador da notícia. SP: Ed. Fund. Perseu Abramo, 1997
- BARTHES, Roland. *A morte do autor*. IN: O rumor da língua. SP: Brasiliense, 1988
- CALVINO, Ítalo. Se um viajante numa noite de inverno. São Paulo: Cia das Letras, 2002
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. A medida do olhar: objetividade e autoria na reportagem. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 2004
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 9ª edição, 2003
- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* IN: FOUCAULT, M. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Ditos e escritos III. Organização: Manoel Barros da Mota. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. pp.264-298
- GUÉRIN, Michel. O que é uma obra? São Paulo: Paz e Terra, 1995
- ORLANDI, Eni P. Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, Vozes, 1996